

estruturas ou entidades idênticas cujo objeto se integre no seu âmbito, mas não abrange os recursos humanos dos serviços e estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, bem como os recursos humanos de todos os organismos da administração direta e indireta do Ministério da Saúde.

5 — Autorizo a subdelegação de todas as competências ora delegadas nos termos supra referidos.

6 — O presente despacho produz efeitos desde 17 de outubro de 2018, ficando ratificados todos os atos entretanto praticados no âmbito das competências ora delegadas.

14 de novembro de 2018. — A Ministra da Saúde, *Marta Alexandra Fartura Braga Temido de Almeida Simões*.

311821807

Despacho n.º 11012/2018

1 — Considerando a proposta do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E. P. E., o parecer favorável do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., autorizo, até 31 de julho de 2019, o exercício de funções médicas a tempo parcial pelo aposentado Júlio Manuel Nunes Veloso, nos termos e para os efeitos do estatuído no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 53/2015, de 15 de abril, em conjugação com o artigo 46.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, o n.º 2 do artigo 182.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, e o Despacho n.º 6833-A/2018, de 13 de julho.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de dezembro de 2018.

14 de novembro de 2018. — A Ministra da Saúde, *Marta Alexandra Fartura Braga Temido de Almeida Simões*.

311821612

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

Despacho n.º 11013/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro designo como Técnica Especialista do meu gabinete, a licenciada Maria Leonor São Payo Cary Nunes da Silva Abecasis, técnica superior, do Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil, E. P. E..

2 — Para efeitos do disposto na alínea *d*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a designada desempenhará funções na sua área de especialização.

3 — O estatuto remuneratório da designada é o de adjunto, conforme o n.º 6 do artigo 13.º do mencionado decreto-lei, ficando também autorizada a exercer as atividades previstas na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 7.º do mesmo diploma.

4 — Os encargos com a remuneração são suportados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do mencionado decreto-lei.

5 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

6 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 29 de outubro de 2018.

7 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

2 de novembro de 2018. — O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*.

ANEXO

Nota curricular

Nome: Maria Leonor São Payo Cary Nunes da Silva Abecasis.
Data e local de nascimento: 27 de fevereiro de 1977, Portalegre.
Habilitações e atividade académica:

Licenciada em gestão pelo Instituto Superior de Gestão (ISG) no ano 2000, com especialização na área da saúde através de pós-graduações em Gestão de Unidades de Saúde, pela Universidade Católica Portuguesa, em Alta Direção de Instituições de Saúde (PADIS), pela Escola de Direção e Negócios (AESE), e em Gestão de Informação e *Business*

Intelligence na Saúde, pela NOVA *Information Management School* (NOVA IMS), da Universidade Nova de Lisboa.

Percurso profissional:

Iniciou a sua carreira, no ano 2000, como Consultora, na Ernst & Young, na área de *Business Solutions: Business Process Modelling*, implementação e formação a utilizadores no sistema integrado de gestão SAP R/3, nos módulos financeiros. De 2003 a 2005 colaborou na Comissão Nacional da Pastoral da Saúde, tendo no início de 2006 assumido funções de assessora do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde, I. P. (IGIF). Em 2007, no âmbito da criação da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS) foi nomeada Diretora do Gabinete de Gestão de Risco e Auditoria. De 2012 a 2015 exerceu funções como técnica superior no serviço de Planeamento, Análise e Controlo de Gestão do Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil, E. P. E. (IPOLFG) e nos anos 2013 e 2014 foi também professora assistente no Curso de Alta Direção em Unidades de Saúde para Gestores no Módulo Gestão Estratégica e o Contexto da Saúde do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade Técnica de Lisboa.

Recentemente, desempenhava funções como adjunta no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde e adicionalmente colabora, desde 2013, como *grading assistant* para as licenciaturas em Gestão de Informação e Sistemas e Tecnologias de Informação na unidade curricular Gestão e Contabilidade Empresarial, da NOVA *Information Management School* (NOVA IMS), da Universidade Nova de Lisboa.
311805567

Despacho n.º 11014/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de Adjunta do meu gabinete, Aurélia Maria Godinho Martins, do Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E. P. E..

2 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 17 de outubro de 2018.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

2 de novembro de 2018. — O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*.

ANEXO

Nota curricular

Aurélia Maria Godinho Martins.
Data de nascimento — 28.12.1959.
Naturalidade — Lisboa (Campo Grande), Portugal.
Habilitações literárias:
Curso Complementar do Liceu.
Lower Certificate in English, Instituto Britânico.
Diplôme de Langue, Alliance Française.

Atividade profissional:

Coordenadora, Gabinete de Apoio do Conselho de Administração do Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil (2012-2018).

Adjunta, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde (2008-2011).

Assistente, Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações (2007-2013).

Secretária Pessoal, Secretária de Estado Adjunta e da Saúde (2006-2008).

Secretária Pessoal, Casa Civil do Presidente da República (2000-2006).

Assessora, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia (1997-1999).

Secretária Pessoal, Gabinete do Primeiro-Ministro (1995-1997).

Secretária Pessoal, Casa Civil do Presidente da República (1990-1995).

Técnica Administrativa, EDINFOR, Grupo EDP (1989-1990).

Técnica de Gestão de Recursos Humanos, EDP — Eletricidade de Portugal (1984-1989).

Secretária Pessoal, Gabinete do Primeiro-Ministro (1983-1984).

Escriturária de Pessoal, EDP, Gestão de Recursos Humanos (1978-1983).
311804968

Despacho n.º 11015/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de Secretária Pessoal do meu

gabinete, Lubélia Maria Zegre dos Santos Marques Salgueiro, assistente técnica, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 17 de outubro de 2018.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

2 de novembro de 2018. — O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*.

ANEXO

Nota curricular

Dados Biográficos:

Nome: Lubélia Maria Zegre dos Santos Marques Salgueiro;
Data e local de nascimento: 11 de abril de 1957, natural de Almada.

Habilitações e atividade académica:

12.º ano de Escolaridade; Curso Complementar de Secretariado e Relações Públicas (11.º ano); 2.º ano do Curso *Alliance Française*.

Percurso Profissional:

Assistente Técnica do Quadro Residual da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

De 12 de dezembro de 2017 a 15 de outubro de 2018, por despacho de Sua Excelência a Secretária de Estado da Saúde foi nomeada para exercer as funções de secretária pessoal; De 28 de novembro de 2015 a 12 de dezembro de 2017, por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde foi nomeada para exercer as funções de secretária pessoal; De 30 de outubro de 2015 a 26 de novembro de 2015, por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde foi nomeada para exercer funções de secretária pessoal; De 1 de julho de 2011 a 29 de outubro de 2015, por despacho de Sua Excelência, o Secretário de Estado da Saúde foi nomeada para exercer as funções de secretária pessoal; De 27 de outubro de 2009 a 30 de junho de 2011, exerceu funções na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Direção de Recursos Humanos; Entre fevereiro 2008 e 26 de outubro de 2009, foi nomeada secretária pessoal do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde; 16 março 2005 até fevereiro 2008 por despacho de Sua Excelência, o Secretário de Estado da Saúde foi nomeada para exercer as funções de secretária pessoal; De 1 julho 2002 até 13 março 2005, foi nomeada para desempenhar funções de secretária pessoal do Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Provedoria; Entre 6 abril 2002 e 30 junho 2002, exerceu funções na Direção de Coordenação de Recursos Humanos — Sector de Admissão e Movimentação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Provedoria; De 5 julho 2001 a 5 abril 2002, foi nomeada Secretária Pessoal do Secretário de Estado da Saúde; Entre 15 novembro 1999 e 4 julho 2001, exerceu funções como Secretária de Direção Direção-Geral do Património, no Ministério das Finanças; Entre 30 outubro 1995 a 25 outubro 1999, nomeada Secretária Pessoal da Ministra da Saúde; De janeiro 1992 a 29 outubro 1995, exerceu funções como Secretária pessoal da Adjunta do Pelouro dos Assuntos Sociais (Ação Social e Saúde), na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Provedoria; Entre 6 março 1989 e 9 janeiro 1992, exerceu funções como Secretária pessoal da Adjunta do Pelouro de Ação Social e Saúde, na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Provedoria; De 18 março 1985 a 5 março 1989, exerceu funções no Pessoal/Gabinete Técnico, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; De 14 janeiro 1985 a 15 março 1985, exerceu funções no Instituto Português do Património Cultural (IPPC), no Ministério da Educação e Cultura; De 26 março 1979 a 31 dezembro 1984, exerceu funções no Gabinete Coordenador de Ingresso no Ensino Superior (GCIES), no Ministério da Educação.

311823127

Despacho n.º 11016/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Adjunta do meu gabinete a Mestre Ana Sofia Freitas Monteiro Ferreira, administradora hospitalar, do Centro Hospitalar Lisboa Central, E. P. E.

2 — A designada opta pelo estatuto remuneratório correspondente ao posto de trabalho de origem, nos termos do n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, ficando também autorizada a exercer as atividades previstas na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 7.º do mesmo diploma.

3 — Para efeitos do disposto alínea *a*) no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 17 de outubro de 2018.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

2 de novembro de 2018. — O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*.

ANEXO

Nota curricular

Dados Biográficos:

Nome: Ana Sofia Freitas Monteiro Ferreira;
Data e local de nascimento: 5 de abril de 1973, Coimbra.

Habilitações e atividade académica:

1995: Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG/UTL). Melhor classificação média final da licenciatura em Economia;

1997: Mestrado em Economia e Política Social (*Master of Science in Economic and Social Policy Analysis*) pela Universidade de York, Reino Unido. Atribuição de Distinção pela melhor classificação média final do Mestrado. Equivalência ao grau de Mestre em Economia e Política Social pelo ISEG/UTL, desde novembro de 1998;

2003: XXXI Curso de Especialização em Administração Hospitalar da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa (ENSP/UNL);

2003: Curso profissionalizante em Gestão em Saúde e Saúde Pública (*Health Management and Public Health*), do programa europeu EURO-PHAMILI, na Universidade de Nottingham, Reino Unido;

Desde 2003: diversos cursos de formação profissionalizante;

Diversas atividades académicas e científicas relacionadas com a investigação e ensino, em especial na área da economia e política de saúde: autoria e coautoria de artigos, capítulos de livros e relatórios diversos; comunicações (e coautoria de posters) em conferências, congressos e *workshops* (nacionais e internacionais); docência, como convidada, em vários mestrados e cursos de pós-graduação; coorientadora ou membro de júri de teses de mestrado/pós-graduação; integrou vários projetos de investigação científica e comissões organizadoras e/ou científicas de conferências (nacionais), bem como a Direção (2003-2005) da Associação Portuguesa de Economia da Saúde (APES).

Percurso Profissional:

Entre dezembro de 2017 e outubro de 2018: Adjunta da Secretária de Estado da Saúde;

Dezembro de 2015 a dezembro de 2017: Adjunta do Secretário de Estado da Saúde;

Janeiro de 2012 a dezembro de 2015: Gestora do Contrato de Gestão de parceria público-privada do Hospital de Cascais na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P. (com interrupção por licença de maternidade entre novembro de 2014 e julho de 2015);

Outubro de 2008 a dezembro de 2011: Vogal do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.;

Junho a outubro de 2008: Adjunta do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde;

Março de 2005 a maio de 2008: Adjunta do Ministro/a da Saúde; Janeiro de 2004 a março de 2005: Administradora Hospitalar, no Hospital de Santa Marta, S. A., em Lisboa;

Novembro de 1998 a novembro de 2002: Assistente, no ISEG/UTL; Setembro a novembro de 1998: Assistente-Estagária, no ISEG/UTL;

Dezembro de 1997 a agosto de 1998: Consultora técnica, na Comissão Nacional do Rendimento Mínimo, Ministério da Solidariedade e Segurança Social;

Outubro de 1994 a julho de 1995: Monitora, no ISEG/UTL.

311802626

Despacho n.º 11017/2018

A Comissão de Avaliação de Medicamentos (CAM) é um órgão consultivo do INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (INFARMED, I. P.), à qual compete, genericamente, sempre que solicitada, emitir pareceres em matérias relacionadas com medicamentos, designadamente nos domínios dos ensaios clínicos e da avaliação da qualidade, eficácia e segurança.

Nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 46/2012, de 24 de fevereiro, na sua atual redação, os membros da CAM são nomeados, sob